

▶ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE  
ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE  
REPRESENTAÇÃO NO BRASIL

Determinantes Sociais e Riscos à Saúde, Doenças Crônicas  
Não Transmissíveis e Saúde Mental

▶ MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de Saúde  
Ambiental, do Trabalhador e Vigilância das Emergências em  
Saúde Pública - DSASTE (SVS/MS)

# 2021

## RELATÓRIO TÉCNICO

# 107

Implantação e Implementação de ações chave da Vigilância em Saúde  
Ambiental, Saúde do Trabalhador e das Emergências em Saúde Pública  
no âmbito do SUS, em todo o território nacional



## 1. IDENTIFICAÇÃO DO TC/TA

<b>NÚMERO DO TC:</b>	107		
<b>TÍTULO DO TC:</b>	Implantação e Implementação de ações chave da Vigilância em Saúde Ambiental, Saúde do Trabalhador e das Emergências em Saúde Pública no âmbito do SUS, em todo o território nacional		
<b>Objeto do TC:</b>	Ações chave de Vigilância em Saúde Ambiental, de Saúde do Trabalhador realizadas e consolidadas, bem como atuação da Emergência em saúde pública no contexto da vigilância estabelecida e consolidada em todo o território nacional.		
<b>Número do processo:</b>	25000.191259-2019-08	<b>Número do SIAFI:</b>	
<b>Data de início</b>	28/12/2019	<b>Data de término:</b>	28/12/2024
<b>DETALHAMENTO DO TA</b>	<b>Nº</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
TA:	1	recurso	R\$18.453.750,00
TA:	2	recurso	R\$296.543.478,00
<b>Valor Total no TC:</b>			<b>R\$ 314.997.228,00</b>
<b>ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA CONTRAPARTE</b>			
<b>Área técnica</b>	Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de Saúde Ambiental, do Trabalhador e Vigilância das Emergências em Saúde Pública - DSASTE (SVS/MS) (SVS/MS)		
<b>Responsável:</b>	Daniela Buosi Rohlfs		
<b>Endereço:</b>	Edifício PO 700, 6º andar		
<b>Telefone:</b>	(61) 32138081	<b>E-mail:</b>	daniela.buosi@saude.gov.br
<b>ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA OPAS/OMS</b>			
<b>Área técnica</b>	Determinantes Sociais e Riscos à Saúde, Doenças Crônicas Não Transmissíveis e Saúde Mental (UT NMH)		
<b>Responsável:</b>	Socorro Gross Galiano		
<b>Endereço:</b>	Setor de Embaixadas Norte, Lote 19 - Brasília, DF		
<b>Telefone:</b>	(61)32519516	<b>E-mail:</b>	grossoc@paho.org

## 2. CONTEXTO

O Termo de Cooperação nº 107 (TC 107), intitulado “Implantação e Implementação de ações chave da Vigilância em Saúde Ambiental, Saúde do Trabalhador e das Emergências em Saúde Pública no âmbito do SUS, em todo o território nacional”, teve início em dezembro de 2019, com sua vigência prevista até dezembro de 2024. É por meio dele que a Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) e o Departamento de Saúde Ambiental, do Trabalhador e Vigilância das Emergências em Saúde Pública, da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde (DSASTE/SVS/MS), mantêm atividades de cooperação técnica nas áreas de saúde ambiental, saúde do trabalhador e vigilância das emergências em saúde pública.

O Decreto nº 9.795, de 17/05/2019, oficializou a nova estrutura regimental do Ministério da Saúde, consolidando o DSASTE, no âmbito da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS). Para o cumprimento de suas competências, o DSASTE está organizado em três coordenações gerais: (i) Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental (CGVAM); (ii) Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador (CGSAT); e Coordenação Geral de Emergências em Saúde Pública (CGESMP).

O TC 107 foi estruturado visando a continuidade e progressão dos avanços obtidos por meio da implementação dos TC 69 e 74, que permitiram à SVS, bem como a necessidade de apoio e desenvolvimento de novas atividades decorrentes da reestruturação da Gestão das Emergências em Saúde Pública. Nesse sentido, o TC 107 foi estabelecido com a finalidade de prover cooperação técnica ao Governo Brasileiro visando reforçar as esferas de gestão do SUS – União, Estados, Municípios e Distrito Federal - nas respostas coordenadas e articuladas, bem como dar sustentabilidade e continuidade aos resultados relacionados aos temas de Vigilância em Saúde Ambiental, em Saúde do Trabalhador e Emergências em Saúde Pública.

Para tanto, o TC 107 desenvolve suas atividades considerando 54 resultados principais: (RE1) Ações de Vigilância em Saúde Ambiental e análise de situação em saúde ambiental estabelecidas; (RE2) Ações chave da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora implantadas e implementadas no território nacional; (RE3) Articulação interinstitucional no âmbito de cooperações internacionais e Gestão da informação em saúde ambiental, saúde do trabalhador e emergências em Saúde pública desenvolvidas e aprimoradas; e (RE4) Ações de Vigilância das Emergências em Saúde Pública no âmbito do SUS estabelecidas e aprimoradas.

No primeiro semestre de 2021 se manteve o contexto da pandemia de COVID-19, declarada como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 30 de janeiro de 2020, como Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), pelo Ministério da Saúde do Brasil (por meio da Portaria nº 188, de 3 fevereiro de 2020). Por esse motivo, foi necessária a revisão do planejamento realizado, sendo necessária a postergação de algumas ações e execução de outras. O DSASTE e a OPAS/OMS não pouparam esforços para dar continuidade à cooperação técnica com o mínimo de impactos possíveis.

### 3. 1º SEMESTRE DE 2021

#### 3.1 AVANÇOS DO PROJETO BASEADOS NOS RESULTADOS ESPERADOS

##### 1) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	1	RE1: Ações de Vigilância em Saúde Ambiental e análise de situação em saúde ambiental estabelecidas
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	*Nº de estados executando ações de Vigilância em Saúde Ambiental de forma integrada/LB 0; *Nº notificações de intoxicações exógenas no SINAN (base anual) / LB 156.650; *Percentual de municípios com informações no Sistema de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano – Sisagua (base anual) / LB 5.475; *Nº de boletins/publicações com análise de situação em saúde sobre fatores determinantes e condicionantes ambientais publicados (base anual) /LB 480.	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	*27 unidades federadas executando ações de VSA; *Pelo menos 99% dos municípios com informações inseridas no SISAGUA; *Publicado documento base para a elaboração da Política Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental; *Publicado e divulgado nas 27 UFs pelo menos 1 documento base para capacitação de profissionais sobre notificações exógenas	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:		7
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:		1

##### a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

No primeiro semestre de 2021, dentre as ações vinculadas ao Resultado 1 da Matriz Lógica do TC 107 programadas no Plano de Trabalho Anual 2021, relacionadas ao estabelecimento de ações de Vigilância em Saúde Ambiental e Análise de Situação em Saúde Ambiental, destacam-se:

- Implantação do planejamento estratégico da Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental (CGVAM), realizado considerando as áreas técnicas relacionadas à vigilância em saúde de populações expostas a contaminantes químicos, a poluição atmosférica e qualidade da água para consumo humano, considerando os macroprocessos de articulação interferativa, gestão de políticas públicas e gestão da informação. Diante da implantação do planejamento estratégico, a CGVAM segue realizando o monitoramento das ações e processos periodicamente;

- Realização de discussões e início do levantamento de informações e desenvolvimento de documentos de base como subsídios para a elaboração da proposta da Política Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental;

- Início do processo de revisão do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA) com base na Portaria GM/MS Nº 888, de 04 de maio de 2021, que altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. A portaria atualizada foi publicada após um intenso e qualificado processo de revisão da norma anterior;

- Ainda no que se refere à vigilância da qualidade da água para consumo humano, destaca-se a qualificação das

informações relacionadas a Planos de Segurança da Água (PSA) na portaria atualizada, além do início da estruturação de um guia de implementação da nova norma, que inclui a abordagem relacionada a PSA e a realização de discussões relacionadas à estruturação de capacitações a serem ofertadas para profissionais em todo o território nacional;

- Realização da análise dos dados e funcionalidades e início da reestruturação do Sistema de Informação de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Solo Contaminado (SISSOLO), que sistematiza informações relacionadas a populações expostas ou potencialmente expostas em áreas contaminadas.

- Realização de discussões e estruturação do projeto para atualização da base de dados de satélites e meteorológicos do Sistema de Informações Ambientais Integrado à Saúde (SISAM), tendo dentre seus objetivos o fornecimento de subsídios para estudos epidemiológicos de doenças respiratórias, cardíacas isquêmicas, cerebrovasculares e oftalmológicas e, na definição e execução de políticas públicas ligadas à saúde da população brasileira.

#### b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

O primeiro semestre de 2021 foi marcado pela continuidade da emergência em saúde pública em função da pandemia pela COVID-19. As recomendações de distanciamento social e restrições de viagens foram mantidas, o que levou à necessidade de adequação das atividades previstas na cooperação técnica, considerando as prioridades institucionais, da OPAS/OMS e da contraparte (DSASTE/SVS/MS). Todas as reuniões e eventos presenciais, viagens, assessorias técnicas de monitoramento das ações de VSA foram canceladas, adiadas, ou de acordo com as possibilidades, realizadas por meio virtual, de forma a priorizar as discussões e contribuir para o avanço da agenda de saúde ambiental. Dentre as estratégias adotadas, destacam-se o fortalecimento da articulação e realização de reuniões técnicas por meios virtuais de comunicação.

Em relação às ações planejadas que foram impactadas pelas medidas de restrição, vem sendo realizada a revisão do PTA de forma a viabilizar o alcance das metas e resultados previstos na Cooperação Técnica.

#### c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

O PTA 2021 possui 7 ações previstas no RE 1, das quais 1 foi finalizada e 5 foram iniciadas, seguindo em implementação. No que se refere às ações desenvolvidas que contribuem diretamente com os indicadores estabelecidos na Matriz Lógica do TC, destacam-se:

- O levantamento de informações e desenvolvimento de documentos de base como subsídios para a elaboração da proposta da Política Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental, que juntamente com o desenvolvimento de diretrizes e demais documentos norteadores, a atuação integrada com estados e municípios, contribuirão para o fortalecimento da implementação de ações de Vigilância em Saúde Ambiental de forma integrada;

- Publicação da portaria de potabilidade atualizada e reestruturação do SISAGUA em consonância à nova portaria no intuito de ampliar a inserção de informações dos municípios no Sistema;

- Análise dos dados e proposta de reestruturação do SISSOLO; desenvolvimento e implementação de capacitações relacionadas à análise de situação de saúde para profissionais dos estados e municípios; além da reestruturação da CGVAM incluindo a gestão da informação como um dos eixos estratégicos para fortalecer a publicação de boletins e documentos contendo análise de situação em saúde sobre fatores determinantes e condicionantes ambientais.

## 2) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	2 Ações chave da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora implantadas e implementadas no território nacional.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	*% de Cerests com programas de ST de Promoção e Prevenção implantados / LB 67%; *Nº de Inspeções Sanitárias em saúde do trabalhador realizadas pelos Cerest regionais, por ano /LB 24.465 em 2018; *% de Cerest regionais informando a realização de 2 procedimentos estruturantes em VISAT/LB 73%; *% de Municípios com cobertura de Cerest que realizam notificação de Doenças e Agravos Relacionados ao trabalho no Sinan / LB 85%; *Nº de publicações em saúde do trabalhador divulgadas pela CGSAT/LB35; *% de preenchimento do campo evolução do caso, excetuando ignorado e outros para acidentes de trabalho com exposição a material biológico / LB 62%.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	*Diretriz de atuação dos Cerests publicada; *Ações de atenção integral à saúde dos trabalhadores realizadas em pelo menos 50% dos estados brasileiros; *Fortalecimento das ações de saúde do trabalhador nos municípios brasileiros, a partir do matriciamento da atenção básica e do apoio especializado dos Cerest; *Guia de Inspeção Sanitária em Ambientes e Processos de Trabalho publicado e implementado; *Documentos estruturantes para atuação em saúde do trabalhador revisados ou desenvolvidos e divulgados; *Ferramenta de informação para vigilância de ambientes e processos de trabalho desenvolvida e em funcionamento; *Notificação das doenças e agravos relacionados ao trabalho melhorada Metodologias CAREX Brasil; *Vigilância ativa e monitoramento dos trabalhadores expostos aos cancerígenos identificados
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	8
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	0

## a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

As atividades programadas para o Resultado 2 da Matriz Lógica do TC 107 para o ano de 2021 estão relacionadas à implementação de ações chave da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no território nacional e, dentre os destaques do primeiro semestre do ano podem ser citados:

- Início da revisão dos protocolos de complexidade diferenciada “Anamnese Ocupacional: manual de preenchimento da ficha resumo de atendimento ambulatorial em saúde do trabalhador (Firaast); “Pneumoconioses”; e “Risco Químico”, para os respectivos níveis de assistência e das ações de notificação e vigilância, além da elaboração de um documento base com orientações gerais e comuns a todos os demais protocolos, dedicados aos profissionais de saúde do SUS.

- Realização de discussões, levantamento e consolidação de contribuições dos estados para o processo de atualização

da Portaria GM/MS nº 1.206/2013, que altera o cadastramento dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), para envio e tramitação junto à Secretaria de Atenção Especializada (SAES/MS). Também está em processo de revisão a minuta de Portaria de reestruturação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (Renast), com atualização das orientações gerais, para posterior discussão junto às Coordenações Estaduais de Saúde do Trabalhador. Está em elaboração a Portaria que irá definir os critérios de avaliação, habilitação e desabilitação dos Cerest;

- Foi elaborado o Questionário Qualifica Cerest, além de modelos de relatórios de atividades a serem preenchidos pelos Cerest, no intuito de subsidiar o monitoramento do Indicador de Saúde do Trabalhador do PNS 2020-2023. Os resultados do monitoramento do 1º Quadrimestre de 2021 do indicador de saúde do trabalhador estão em fase final de consolidação;

- Realização de reuniões periódicas com as Coordenações Estaduais de Saúde do Trabalhador, para discussão de temas de interesse da área e alinhamento de questões de gestão, além de reuniões de apoio institucional com Cerest estaduais e Cerest regionais/municipais; e

- Implementação da rotina sistemática de análises de dados, incluindo a análise descritiva de caracterização da população, realização de estudos de morbimortalidade por meio da análise dos principais indicadores básicos de incidência e prevalência, bem como a realização de análises de séries temporais. Destaca-se que as Doenças de Agravos e Doenças Relacionadas ao Trabalho (DART): acidente de trabalho, acidente de trabalho com exposição a material biológico, câncer relacionado ao trabalho, dermatoses ocupacionais, intoxicação exógena relacionada ao trabalho, LER/Dort, transtorno mental relacionado ao trabalho, PAIR relacionado ao trabalho e pneumoconioses relacionadas ao trabalho.

#### b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

O primeiro semestre de 2021 foi marcado pela continuidade da emergência em saúde pública em função da pandemia pela COVID-19. As recomendações de distanciamento social e restrições de viagens foram mantidas, o que levou à necessidade de adequação das atividades previstas na cooperação técnica, considerando as prioridades institucionais, da OPAS/OMS e da contraparte (DSASTE/SVS/MS). Todas as reuniões e eventos presenciais, viagens, assessorias técnicas de monitoramento das ações de ST foram canceladas, adiadas, ou de acordo com as possibilidades, realizadas por meio virtual, de forma a priorizar as discussões e contribuir para o avanço da agenda de saúde do trabalhador. Dentre as estratégias adotadas, destacam-se o fortalecimento da articulação e realização de reuniões técnicas por meios virtuais de comunicação e a implementação de Cartas Acordo, a exemplo da revisão dos protocolos de complexidade diferenciada.

Em relação às ações planejadas que foram impactadas pelas medidas de restrição, vem sendo realizada a revisão do PTA de forma a viabilizar o alcance das metas e resultados previstos na Cooperação Técnica.

#### c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

O PTA 2021 possui 8 ações previstas no RE 2, das quais 5 foram iniciadas, e seguem em implementação. Três das ações previstas serão revisadas com a atualização do PTA. No que se refere às ações desenvolvidas que contribuem diretamente com os indicadores estabelecidos na Matriz Lógica do TC, destacam-se:

- Discussão de portarias para reestruturação da Renast e definição dos critérios de avaliação, habilitação e desabilitação dos Cerest, além da realização de reuniões para apoio institucional com Cerest estaduais e Cerest regionais/municipais;
- Estruturação e validação do SISVISAT em articulação com os Cerests;
- Revisão de protocolos de complexidade diferenciada;
- Desenvolvimento de capacitação em análise de situação em saúde do trabalhador pra profissionais de saúde das esferas federal, estadual e municipal, com perspectiva de ampliação do público-alvo;
- Publicação de boletins epidemiológicos e implementação da rotina sistemática de análises de dados, para ampliação do número de publicações em saúde do trabalhador.

## 3) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	3 Articulação interinstitucional no âmbito de cooperações internacionais e Gestão da informação em saúde ambiental, saúde do trabalhador e emergências em Saúde pública desenvolvidas e aprimoradas.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	*Nº de profissionais capacitados nas áreas de saúde ambiental; saúde do trabalhador e vigilância das emergências em saúde pública (base anual) / LB 3.000; *Nº de publicações nas áreas de saúde ambiental; saúde do trabalhador e vigilância das emergências em Saúde Pública (base anual) / LB 2; *Nº de atividades que envolvem cooperações internacionais em saúde ambiental, saúde do trabalhador e Emergências em Saúde Pública ampliado/LB 1; *Nº de eventos técnico científicos pertinentes as ações de AS, ST e ESP (nacionais e internacionais) realizados (base anual) / LB: 4; *Nº de Trabalhos apresentados em encontros científicos (nacionais e internacionais) / LB: 1; *Nº de publicações e capacitações nacionais e internacionais divulgadas e executadas / LB: 5.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	*Apoio e desenvolvimento de parceria com instituições de âmbito internacional nas ações de saúde ambiental, do trabalhador e Emergência em saúde pública, à saber; *Ampliação da capacidade técnica operacional do Centro de Operações de Emergência em Saúde; *Internalização da temática Saúde Ambiental Infantil e exposição à químicos no Âmbito brasileiro, conforme experiências internacionais exitosas implantadas.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	3
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	0

## a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

O Resultado 3 da Matriz Lógica do TC 107 está relacionado à articulação interinstitucional no âmbito de cooperações internacionais e gestão da informação em saúde ambiental, saúde do trabalhador e emergências em saúde pública, com ênfase para o desenvolvimento de redes colaborativas, troca de experiências e articulação nacional e internacional, além da reorganização técnico-administrativa do Departamento de Saúde Ambiental, do Trabalhador e Vigilância das Emergências em Saúde Pública. Nesse sentido, no decorrer do primeiro semestre de 2021 destacam-se os seguintes avanços:

- Realização de discussões do Grupo de Trabalho e avanços na implementação do Plano Setorial de Implementação da Convenção de Minamata sobre Mercúrio, especialmente no que se refere à estruturação de uma de chamada pública para contemplar pesquisas no âmbito da agenda de mercúrio, qualificação dos boletins epidemiológicos relacionados aos dados de intoxicação por mercúrio notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) e elaboração de cartilha sobre intoxicações por mercúrio, destinada a profissionais de saúde.
- Estruturação da Rede Brasileira de Biomonitoramento Humano de Substâncias Químicas, realização de articulação nacional e internacional, incluindo especialistas e representantes de instituições de referência, além da troca de experiências com países que implementaram o biomonitoramento humano de substâncias químicas, de forma a

reunir subsídios para a estruturação do Programado Brasil;

- Realização de discussões no âmbito da Rede de Especialistas em Queimadas e ASISA, desenvolvimento de capacitação e aperfeiçoamento das estratégias de análise de situação em saúde ambiental para situações de queimadas e incêndios florestais. Publicação do documento “Queimadas e incêndios florestais - atuação da Vigilância em Saúde Ambiental”, contendo diretrizes nacionais para nortear a atuação da vigilância em saúde ambiental na gestão das ações e dos serviços de saúde, de forma solidária e participativa entre os três entes da Federação – a União, os estados e os municípios –, bem como contribuir para a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de doenças e agravos, a redução da morbimortalidade, de vulnerabilidades e de riscos à saúde decorrentes das queimadas e dos incêndios florestais, de forma a contemplar toda a população brasileira, priorizando os territórios, as pessoas e os grupos em situação de maior risco e vulnerabilidade;

- Estruturação e lançamento da Mostra de Experiências em Saúde Ambiental, com o objetivo de identificar, dar visibilidade, reconhecer e promover iniciativas locais, municipais ou regionais, em serviços, que tenham como foco Saúde Ambiental. A Mostra se apresenta como uma estratégia para estimular o debate e compartilhar conhecimento, de forma célere, de práticas na área de saúde ambiental.

- Reestruturação da Vigilância em Saúde Ambiental por meio da definição e implementação dos macroprocessos de Articulação interferativa, gestão de políticas públicas e gestão da informação;

- Implementação da rotina sistemática de análises de dados, incluindo a análise descritiva de caracterização da população, realização de estudos de morbimortalidade por meio da análise dos principais indicadores básicos de incidência e prevalência, bem como a realização de análises de séries temporais;

- Realização da Oficina Trabalho Infantil na Fumicultura;

- Realização da “Oficina – Discussão de Revisão do Protocolo de Complexidade Diferenciada nº 02 – Notificação de acidentes de trabalho fatais, graves e com crianças e adolescentes/Ministério da Saúde – 2006”.

**b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes**

O primeiro semestre de 2021 foi marcado pela continuidade da emergência em saúde pública em função da pandemia pela COVID-19. As recomendações de distanciamento social e restrições de viagens foram mantidas, o que levou à necessidade de adequação das atividades previstas na cooperação técnica, considerando as prioridades institucionais, da OPAS/OMS e da contraparte (DSASTE/SVS/MS). Todas as reuniões e eventos presenciais, viagens, assessorias técnicas foram canceladas, adiadas, ou de acordo com as possibilidades, realizadas por meio virtual, de forma a priorizar as discussões e contribuir para o avanço das agendas. Dentre as estratégias adotadas, destacam-se o fortalecimento da articulação e realização de reuniões técnicas por meios virtuais de comunicação.

Em relação às ações planejadas que foram impactadas pelas medidas de restrição, vem sendo realizada a revisão do PTA de forma a viabilizar o alcance das metas e resultados previstos na Cooperação Técnica.

**c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas**

O PTA 2021 possui 3 ações previstas no RE 3, das quais todas foram iniciadas e seguem em implementação. No que se refere às ações desenvolvidas que contribuem diretamente com os indicadores estabelecidos na Matriz Lógica do TC, destacam-se:

- O desenvolvimento e implementação de capacitações piloto relacionadas à análise de situação em saúde ambiental em queimadas e incêndios florestais; análise de situação em saúde do trabalhador; Capacitação piloto e validação do SISVISA, Plano de Segurança da Água e do Saneamento Resilientes ao Clima;

- Publicação do documento “Queimadas e incêndios florestais - atuação da Vigilância em Saúde Ambiental”, 5 boletins epidemiológicos sobre transtornos mentais e suicídio relacionados ao trabalho; morbimortalidade por doenças transmissíveis relacionadas ao trabalho; custos hospitalares com acidentes ocupacionais por picadas de animais peçonhentos; e acidentes de trabalho envolvendo motocicletas;

- Estruturação da Rede Brasileira de Biomonitoramento Humano de Substâncias Químicas e troca de experiências nacionais e internacionais; e

- Realização do Seminário Internacional de Biomonitoramento Humano de Substâncias Químicas.

## 4) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	4	Ações de Vigilância das Emergências em Saúde Pública no âmbito do SUS estabelecidas e aprimoradas
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	<ul style="list-style-type: none"> <li>*Rede Nacional de Alerta e Resposta às emergências em Saúde Pública estruturada e fortalecida:</li> <li>*Número de CIEVS em estados e municípios com funcionamento adequado/ LB: 5;</li> <li>*Número de CIEVS implantados em municípios estratégicos de fronteira/ LB: 01;</li> <li>*Número de documentos norteadores para atuação em ESP / LB: 5;</li> <li>*Informações estratégicas, vigilância epidemiológica hospitalar e resposta às ESP aprimoradas:</li> <li>*Número de pólos da rede Nacional de referência de Vigilância em Âmbito Hospitalar em funcionamento adequado / LB: 8;</li> <li>*Número de investigações de campo realizadas/ LB: 336;</li> <li>*Fortalecimento da atuação da Vigilância em Saúde dos riscos associados à desastres:</li> <li>*Número de decretos por situações de desastres monitorados / LB: 3960;</li> <li>*Número de kits enviados a localidades em situações de emergência em saúde pública (base anual) /LB 19.</li> </ul>	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	<ul style="list-style-type: none"> <li>*Resposta às Emergências em saúde pública estabelecida no âmbito do SUS aperfeiçoada e estratégias desenhadas;</li> <li>*Estados e Municípios estratégicos ligados à rede CIEVS funcionando adequadamente;</li> <li>*CIEVS em municípios de fronteira implantados;</li> <li>*Recursos humanos necessários com capacidade para atuação na resposta às emergências em saúde Pública;</li> <li>*Rede de informações Estratégicas e respostas em Vigilância em Saúde (rede CIEVS) reestruturada;</li> <li>*Recursos financeiros e materiais e insumos, físicos, e logísticos disponibilizados;</li> <li>*Seleções pública anuais de alunos do EPISUS realizadas;</li> <li>*Envio de kits de calamidade pública realizados e garantia do recebimento em tempo oportuno;</li> <li>*Decretos de situações de desastres monitorados e apoio do setor saúde, quando necessário, realizado.</li> </ul>	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:		7
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:		1

## a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

As ações programadas de estruturação de serviços, eventos preparatórios foram condicionados a organização e os esforços intensificados para o controle da pandemia da Covid-19.

Principais avanços:

Elaboração do Plano Nacional de Vigilância Epidemiológica Hospitalar e apoio à elaboração dos planos estaduais, com o objetivo de ampliação da Renaveh;

Desta forma, houve aumento da força de trabalho na rede CIEVS para compor a resposta de saúde pública às emergências, principalmente àquelas relacionadas à Covid-19, tais como desenvolvimento de análises de dados relativos a emergência da variante Gama;

Intensificação de atividades relacionadas a comunicação de risco frente a emergência da variante Delta no Maranhão, bem como ações de organização de serviço no Acre relacionadas as enchentes e arboviroses, o que incluiu investigações com apoio de técnicos capacitados em epidemiologia de campo. Além disso, protocolos de trabalho foram conduzidos, além de outras investigações foram apoiadas em unidades federadas (ex.: Distrito Federal e Amazonas) na expectativa da resposta principalmente relacionadas a covid-19.

Quanto ao fortalecimento das equipes de resposta, houve seleção pública de treinandos do EPISUS, com apoio interinstitucional ao fortalecimento da equipe de resposta às emergências em saúde pública. No período de 2020-2021 foram realizadas 31 investigações epidemiológicas de campo, sendo 13 investigações em 2021 e destas 11 relacionadas à Covid-19.

Realização de capacitação no Curso de detecção digital de rumores utilizando a ferramenta de inteligência epidemiológica (EIOS) (208 profissionais treinados);

Realização do Curso de Emergência em Saúde Pública, parceria MS/OPAS/FIU (321 profissionais capacitados).

Curso de treinamento de tutores para epidemiologia de campo – formação de 10 especialistas nacionais.

Elaboração do curso básico de vigilância epidemiológica hospitalar a ser oferecido no segundo semestre de 2021 a 2.000 profissionais;

Salienta-se um grande progresso relativo ao inquérito de prevalência para Covid-19, informamos que houve avanços tanto no seu planejamento quanto na sua execução, o Ministério da Saúde demandou a contratação das empresas para a realização das entrevistas, coleta das amostras clínicas para a realização dos exames sorológicos, e curadoria e segurança do sistema de informação do estudo de prevalência.

**b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes**

As dificuldades foram relacionadas a necessidade de completo envolvimento da equipe com a resposta às emergências de saúde pública, principalmente a pandemia de covid-19. Contudo, foram realizadas diversas atividades voltadas ao alcance das metas como as atividades de formação de equipes de campo, e envio de equipes para investigações de campo principalmente relacionadas a covid-19, além estratégias de capacitações das equipes dos diversos CIEVS estaduais e municipais brasileiros em reuniões alinhadas semanais com a vigilância epidemiológica das doenças respiratórias. Ao mesmo passo temos realizado reuniões conjuntas das equipes técnicas do Ministério da Saúde e equipe técnicas da OPAS envolvidas na execução deste plano. Neste sentido, já tem sido identificados pontos estratégicos que favorecerão a execução do plano de trabalho no próximo semestre. O exemplo disso foi a execução do inquérito nacional de soroprevalência de base populacional para covid-19.

**c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas**

Mesmo com contingência da mobilidade urbana provocada como medida não farmacológica para o controle da covid-19, diversas reuniões sistematizando o conhecimento sobre a história natural da covid-19 foram realizadas, bem como reuniões periódicas com a rede CIEVS para desenvolvimento das capacidades analíticas frente aos dados dos sistemas oficiais do Ministério da Saúde, bem como a ampliação das unidades da rede CIEVS.

### 3.2 CONTRIBUIÇÃO ÀS PRIORIDADES DO GOVERNO E AO PLANO ESTRATÉGICO DA OPAS

Houve importantes avanços em diversos eixos relacionados às agendas de vigilância em saúde ambiental (VSA), saúde do trabalhador (ST) e vigilância das emergências em saúde pública, mesmo diante do contexto da pandemia de COVID-19.

No que se refere à VSA, as principais contribuições estão relacionadas à publicação da portaria que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade (Portaria GM/MS Nº 888, de 4 de maio de 2021), após todo o processo de sua revisão, e início de revisão do SISAGUA para atender à norma atualizada, desenvolvimento e implementação da capacitação piloto em análise de situação em saúde para queimadas e incêndios florestais e publicação das diretrizes “Queimadas e incêndios florestais - atuação da Vigilância em Saúde Ambiental”, e estabelecimento da Rede Brasileira de Biomonitoramento Humano de Substâncias Químicas.

Em ST destaca-se a publicação de boletins epidemiológicos, estruturação e apoio à validação do SISVISAT, e início da revisão dos Protocolos de Complexidade Diferenciada: “Anamnese Ocupacional: manual de preenchimento da ficha resumo de atendimento ambulatorial em saúde do trabalhador (Firaast); “Pneumoconioses”; e “Risco Químico”.

A agenda de Vigilância das Emergências em Saúde Pública, destacam-se os seguintes avanços:

- Desenvolvimento de análises de dados relativos a emergência da variante Gama;
- Intensificação de atividades relacionadas a comunicação de risco frente a emergência da variante Delta no Maranhão,
- Ações de organização de serviço no Acre relacionadas as enchentes e arboviroses, o que incluiu investigações com apoio de técnicos capacitados em epidemiologia de campo.
- Apoio a investigações em unidades federadas (ex.: Distrito Federal e Amazonas) na expectativa da resposta principalmente relacionadas a COVID-19.
- Seleção pública de treinandos do EPISUS, com apoio interinstitucional ao fortalecimento da equipe de resposta às emergências em saúde pública.
- Início da implementação do inquérito soropidemiológico sobre infecção por SARS-CoV-2 com amostragem a nível de estados, capitais e regiões metropolitanas

Destaca-se que a cooperação técnica está alinhada às agendas nacional e regional, conforme descrito abaixo:

No que se refere à contribuição relacionada às prioridades do governo, as ações programadas, e em desenvolvimento no contexto da cooperação técnica, estão alinhadas ao objetivo 3 do Plano Nacional de Saúde (PNS) – “Reduzir ou controlar a ocorrência de doenças e agravos passíveis de prevenção e controle”, na medida em que contribuem para as metas:

- ü 3 - Alcançar 60% dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) regionais e municipais com atuação satisfatória;
- ü 4 - Alcançar 60% de municípios desenvolvendo ação de vigilância de qualidade da água para consumo humano;
- ü 5 - Implantar em 60% dos municípios prioritários a Vigilância de Populações Expostas a Agrotóxicos (VSPEA); e
- ü 17 - Alcançar 50% dos Centros de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS) com desempenho satisfatório.

Com relação ao Plano Estratégico da OPAS/OMS 2020/2025, as ações que em sendo desenvolvidas pelo DSASTE/SVS/MS vão permitir que o Brasil atue sobre as situações de risco à saúde decorrentes das condições de água e saneamento, elaborando e implementando políticas e estratégias intersetoriais com as demais políticas de saneamento e meio ambiente, contribuindo para o alcance dos Resultados Intermediários: (RIT) 18 - Determinantes sociais e ambientais, especialmente no que se refere à utilização de serviços de água potável e de saneamento gerenciados de forma segura e instalações para lavagem das mãos com água e sabão, avanços relacionados ao cumprimento das diretrizes da OMS sobre a qualidade do ar e saúde, e no fortalecimento das ações de saúde relacionadas à segurança química; (RIT)23 - Preparação para situações de emergência e redução de riscos; e (RIT) 24 - Preparação e controle de epidemias e pandemias.

Vale ressaltar o alinhamento das ações propostas com o Plano de Ação sobre a Saúde dos Trabalhadores (2015-2025), no sentido de atuar na elaboração e atualização de legislação e regulamentos técnicos sobre a saúde dos trabalhadores, na identificação, avaliação prevenção e controle das condições e exposições perigosas no trabalho, e na ampliação do acesso a serviços de saúde para trabalhadores.

Merece destaque a contribuição da cooperação técnica no enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente da pandemia de COVID-19. Isto inclui o aumento da capacidade de detecção e resposta às emergências de saúde pública com o incremento de unidades da rede CIEVS implantado em municípios do interior do Estado, incluindo municípios de fronteira.

Além disso, está sendo desenvolvido o maior inquérito das Américas relacionados a prevalência de covid-19 em 274 municípios metropolitanos do país.

### 3.3 LIÇÕES APRENDIDAS/RECOMENDAÇÕES

O TC 107 vem apoiando o fortalecimento institucional do Ministério da Saúde, por meio do Departamento de Saúde Ambiental, do Trabalhador Vigilância das Emergências em Saúde Pública (DSASTE) na medida em que está possibilitando a qualificação de ações relacionadas ao fortalecimento da Rede Nacional de Saúde do Trabalhador (RENAST), vigilância da qualidade da água para consumo humano, vigilância em saúde de populações expostas a contaminantes químicos e poluentes atmosféricos, além da vigilância das emergências em saúde pública.

No decorrer do primeiro semestre de 2021 se manteve o cenário de emergência em função da pandemia pela COVID-19. Apesar desse importante obstáculo, a revisão das atividades previstas e a adoção de estratégias de comunicação virtual vem viabilizando o avanço em diversas discussões técnicas importantes em saúde ambiental, saúde do trabalhador e emergências em saúde pública. Vale destacar que muitos dos eventos e reuniões técnicas, ao serem realizados no formato virtual, permitiram a participação de uma quantidade ampliada, em número e representatividade, de atores relevantes nas discussões.

### 3.4 RESUMO SEMESTRAL: 1º SEMESTRE

RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações
1	7	1	0	50%
2	8	0	0	50%
3	3	0	0	60%
4	7	1	0	40%
Total:	25	2	0	50%

### 3.5 EXECUÇÃO FINANCEIRA (de acordo com o relatório financeiro oficial da OPAS/OMS)

Recursos repassados:	US\$ 55,375,494.61
Recursos desembolsados:	US\$ 514,978.84
Pendente de pagamento:	US\$ 5,544,240.08
Saldo:	US\$ 49,316,275.69